

“O Peixe Morre pela Boca”: Como os Consumidores Entendem os Riscos dos Agrotóxicos e dos Transgênicos na Alimentação¹

“The Fish Dies by Its Mouth”: How Consumers Understand Food Risks Related to Pesticides and GMOs

Flávia Galindo*
Fátima Portilho**

**Doutora em Ciências Sociais; Pesquisadora do Grupo de Estudos do Consumo; Docente do DCAC/ ICSA/UFRRJ e do Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia (MPGE/UFRRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. flaviagalindo@uol.com.br*

***Doutora em Ciências Sociais; Líder do Grupo de Estudos do Consumo; Professora do CPDA/UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. faportilho@yahoo.com.br*

doi:10.18472/SustDeb.v6n2.2015.15505

Recebido em 08.06.2015
Aceito em 19.07.2015

ARTIGO – DOSSIÊ

RESUMO

O Brasil é apontado como o maior usuário mundial de agrotóxicos – embora não seja o maior produtor agrícola mundial. Tais informações estimularam nossa pesquisa sobre a percepção dos consumidores brasileiros quanto aos riscos da presença de agrotóxicos e transgênicos nos alimentos, a partir das lógicas próprias à esfera do consumo. A partir da realização de Grupos Focais com 86 informantes, a pesquisa mostrou que tais riscos alimentares são percebidos pelos consumidores como intangíveis ou invisíveis, ainda que possam resultar em contaminações químicas e consequências inesperadas das possíveis substâncias nocivas encontradas nos alimentos. Os resultados mostraram, ainda, que há pouca informação e baixa conscientização geral sobre esses riscos alimentares por parte das famílias brasileiras. Concluímos que, apesar da abundância de informações, o conhecimento dos consumidores sobre os riscos alimentares parece trafegar nas brechas entre a ignorância e o desconhecimento.

Palavras-chave: Consumo Alimentar. Agrotóxicos. Transgênicos. Riscos alimentares.

ABSTRACT

Brazil is touted as the world's largest user of pesticides - although is not the world's largest agricultural producer. This data provided the basis for our research about Brazilian consumers' perceptions about food risks related to pesticides and GMOs, from the logic of food consumption. Using Focus Group with 86 respondents, this research showed that these risks are perceived by Brazilian consumers as intangible or invisible, although they may result in chemical contamination and unintended consequences for possible harmful substances found in food. Besides, the results showed that there is few information and low general awareness of these health risks by Brazilian families. We conclude that, despite the abundance of available information, the knowledge of Brazilian consumers about food risks still wanders between ignorance and unawareness.

Keywords: Food Consumption. Pesticides. GMF. Food Risks.

1. INTRODUÇÃO

No modo de vida contemporâneo, as sociedades ainda não foram capazes de se desvencilhar dos riscos civis e sociais que provocam sensações individuais e coletivas de insegurança e desconfiança (DOUGLAS & WILDAVSKY, 1982; GIDDENS, 1991; GUIVANT, 1998; CASTEL, 2005; BECK, 2010). Essa condição se reproduz no campo alimentar (POULAIN, 2004; KJÆRNES et al., 2007; HALKIER & HOLM, 2008; MALUF, 2000; POLLAN, 2009; ALAIN & GUIVANT, 2010; WINICOFF & BUSHEY, 2010; LEÃO & MALUF, 2012). Assim, as sociedades lidam de diversas formas com os riscos alimentares e constroem coletivamente diferentes percepções sobre eles (DOUGLAS, 2010; POULAIN, 2004; FISCHLER, 1990).

O risco é definido por Beck (2010) como o adiantar de um desastre que pode ou não acontecer, constituindo-se em um elemento do futuro, sobre o qual especulamos sem a concretude da certeza, posto que ainda não ocorreu (AZEVEDO, 2009). A partir da década de 1980, os riscos ganharam centralidade na teoria social, integrando os estudos ambientais e tecnológicos preocupados com os conflitos sociais que estavam no limiar das transições provocadas pelo projeto da modernidade. Todavia, essa temática já era parte da produção acadêmica², porém em áreas específicas e que a mantinham em um espaço subdisciplinar. Nesse contexto, Ulrich Beck e Anthony Giddens são considerados os autores que colaboraram para que os riscos, como categoria analítica, percorressem um caminho particular nas Ciências Sociais (GUIVANT, 1998).

Os riscos podem configurar-se como intangíveis e invisíveis à percepção humana, na forma de contaminações químicas e de substâncias nocivas encontradas nos alimentos (BECK, 2010). Se antes o fator de risco era local, deslocou-se para espaços transnacionais ou globais. Assim, a gênese da chamada sociedade de risco relaciona-se com a obsolescência da sociedade industrial e seus efeitos, que já eram gerados de maneira sistemática, passaram a ocupar foro privilegiado nas discussões contemporâneas (ALMEIDA, 2007).

Os indivíduos tendem a aceitar certo grau de risco quando este envolve tecnologias mediadas por peritos e é percebido como útil, desde que não acarrete em danos morais. Isso indica que as dúvidas de ordem moral agem como sanção à aceitação das tecnologias. Essas assertivas abrem uma perspectiva analítica que une risco e segurança, mostrando que enquanto os especialistas se preocupariam com o risco, a argumentação leiga, onde reside o senso comum, se basearia em questionamentos morais e éticos (MENASCHE, 2003).

Nas sociedades modernas a indústria alimentícia tem centralidade crescente na vida cotidiana. O alimento em estado natural, fresco, vindo direto do agricultor foi, aos poucos, substituído por alimentos com graus cada vez maiores de processamento, artificializando-se, embora, muitas vezes, continue mantendo o estatuto de “natural” para manter a necessária conexão com as expectativas do consumidor. Corolário disso é que certas mudanças nas práticas alimentares vieram a reboque do processo de produção e distribuição, potencializando conflitos e tensões. Assim, os alimentos industrializados trazem, tanto com relação ao sabor quanto com os riscos à saúde, a possibilidade de serem, de alguma forma e em algum nível, coisas perigosas (HERNÁNDEZ, 2005).

Tomemos, como exemplo, a adoção do açúcar refinado que, apesar de controverso e categorizado por alguns pesquisadores como veneno (AYKROYD, 1967; DUFTY, 1975; HIRSCH, 1984), é considerado como um dos mais importantes fenômenos nas transformações da alimentação, seja por sua relevância econômica ou por suas consequências de ordem social e cultural (VELOSO & FREITAS, 2008). O caso do açúcar nos faz perguntar se o conceito e a percepção do que é “alimento perigoso” não se transformam ao longo do tempo e à medida que novas informações são produzidas, passando a fazer parte do repertório coletivo do senso comum de maneira distinta em relação ao conhecimento científico.

Com crescimento exacerbado a partir da década de 1970, a produção em larga escala não parecia suscitar questionamentos, mas atualmente os adubos químicos e pesticidas, fundamentais para a produção alimentar em massa, tornaram-se um problema denunciado pelos movimentos ecológicos, de defesa dos pequenos produtores rurais e aqueles que lutam por uma alimentação mais saudável. Tais movimentos recusam não só o modo de produção industrializado, como, também, a organização social que o promove, criando tensões e dilemas para os consumidores que o acatam (POULAIN, 2004). Esse panorama revigora o debate cultural sobre o que é comida, fomentando concessões e proibições do que pode ou não ser comido e, ainda, do que é apropriado coletivamente em convenções sociais, modelando gostos e comportamentos políticos (CANESQUI & GARCIA, 2005).

O tema dos perigos da alimentação humana tem sido tratado em revistas populares de divulgação científica. Reportagem da Revista Galileu (2011), por exemplo, aponta que “o Brasil é o campeão mundial no uso de agrotóxico, embora não seja o campeão mundial de produção agrícola”. A *Revista Superinteressante* (2013) mostra que “o País ainda é o principal destino de agrotóxicos barrados no exterior” e revela que, entre 1999 e 2009, foram registrados 62 mil intoxicações por agrotóxicos no Brasil – uma média de 15,5 por dia³.

Na midiaticização do debate sobre os riscos do uso abusivo de agrotóxicos, também são noticiadas ações que tentam modificar essa realidade, como é o caso do recente apoio do Instituto de Defesa do Consumidor – Idec, à iniciativa do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade – GEA. Para mudar o quadro atual, esse coletivo de entidades⁴ enviou à Anvisa um dossiê sobre os impactos à saúde causados pelos agrotóxicos à base de 2,4-D e plantas tolerantes a estes.

São dados contundentes sobre os riscos químicos⁵ provocados pelo uso abusivo de agrotóxicos, que podem causar danos ao pequeno produtor, ao consumidor e ao meio ambiente.

Assim, embora alguns tipos de riscos alimentares sejam discutidos publicamente, ainda existem poucos estudos sobre os interesses e percepção da população nesses debates, mais especificamente sobre os agrotóxicos e os transgênicos. É preciso, portanto, compreender o que pensa o consumidor a esse respeito. A pergunta ainda não respondida é como tais discussões sobre a produção agroalimentar, envolvendo ciência, mídia, Estado, mercado e organizações da sociedade civil, norteiam as lógicas cotidianas do consumo alimentar do homem comum.

O propósito deste artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa sobre as representações sociais do risco alimentar, um objeto de estudo que evoca os dilemas dos modos de vida contemporâneos. As percepções de risco alimentar apresentam-se no senso comum como algo imerso e, por vezes, oculto na avaliação subjetiva da qualidade do que se come, seja em casa ou na rua (GALINDO, 2014). Mediante um cenário de profundas transformações e incertezas, além da profusão de discussões sobre o que é comida saudável, em que abundam os significados plurais sobre os riscos alimentares, a pesquisa partiu do pressuposto de que os indivíduos desejam mais segurança.

Para dar conta dessas questões norteadoras e com o objetivo de apurar as representações sociais dos riscos alimentares a partir do sistema alimentar culturalizado no Brasil, ordenado por um conjunto de regras que colocam o consumo em relação de interdependência com a produção e toda a cadeia de suprimentos, optamos por uma pesquisa densa de Grupo Focal, com foco interacional (GATTI, 2005; LERVOLINO & FOCESI, 2014). Isso porque, mediante o desafio de explorar o “risco” como categoria nativa elaborada no dia a dia pelos consumidores, a pesquisa qualitativa se apresenta como ideal para a compreensão da construção coletiva dessa categoria de alta complexidade, capaz de unir representações e práticas (CRESWELL, 2014).

O Grupo Focal é uma técnica que, a partir de grupos sociais em processo interativo, mediados pelo pesquisador, coleta dados discursivos capazes de trazer à tona os “elementos ancorados em experiências cotidianas” (GATTI, 2005). Para isso, foram recrutadas 86 pessoas⁶, reunidas em nove sessões, para discutirem a alimentação de suas famílias, as lógicas que a norteiam e suas práticas diárias. Exploramos as várias dimensões e percepções dos riscos alimentares e buscamos capturar as diferenças e dimensões que contextualizam os riscos da alimentação humana. Da interação entre eles, foi possível extrair pontos de vista e lógicas que nos permitiram problematizar as percepções das famílias sobre os riscos dos agrotóxicos e transgênicos na alimentação.

Os informantes foram recrutados a partir unicamente do critério de serem responsáveis pela alimentação de suas famílias, divididos em três tipos etários: jovens até 28 anos; adultos entre 29 e 59 anos e idosos com 60 anos ou mais. O total de informantes tinha a seguinte representatividade por classe de rendimentos: 2% Classe A, 4% Classe B; 24% Classe C; 38% Classe D e 20% Classe E.

A abertura de cada sessão de Grupo Focal é essencial para criar as condições favoráveis para que todos, de fato, participem. Os participantes foram orientados a não se dirigir apenas ao moderador por não se tratar de uma entrevista coletiva, e sim um “bate-papo” com interação entre eles. Após essa preleção, todos os participantes se apresentaram, respondendo a quatro perguntas sucintas: nome, onde mora, prato que mais gosta e prato que mais detesta.

Somente depois dessa dinâmica, o tema era introduzido a partir de uma pergunta-chave de “aquecimento”, com o objetivo de estimular a manifestação das opiniões de todos: “você prefere comer na rua ou em casa? Por quê?”. Essa questão inicial era considerada de interesse compartilhado e fácil de responder, para que, de forma convidativa, criássemos bom relacionamento no grupo, já que “os primeiros momentos do GF podem ser a chave do sucesso do trabalho” (GATTI, 2005, pág. 31).

O roteiro foi exaustivamente pensado e elaborado visando às questões da pesquisa sobre riscos alimentares. Assim, a partir da questão inicial, exploramos “ganchos” do que foi dito como resposta à pergunta de “aquecimento” para introduzir novos temas, dando aspecto de continuidade ao debate, algo do tipo “*ouvi o fulano falar sobre ‘x’, o que os demais pensam sobre isso?*” ou “*eu estou curiosa porque ninguém disse ‘x’, isso é algo relevante nesse tema?*”.

Definimos que seria relevante elaborar as conexões e cobrir o tema em questão com um roteiro que, mesmo elaborado previamente, se mostrava flexível para perceber novas colocações ou para aprofundar pontos que pareciam certos. O roteiro foi desenvolvido a partir do investimento teórico e empírico realizado ao longo de três anos de trabalho, contemplando quatro tópicos que se tornariam basilares no roteiro: i) as contribuições do referencial teórico sobre os riscos na alimentação humana; ii) a práxis do consumo alimentar, que envolve compra, provimento e consumo, em relação de interdependência; iii) as expectativas do consumidor nas suas relações com o sistema alimentar: indústria, varejo e Estado; e iv) o levantamento sobre crises alimentares brasileiras.

A análise dos dados coletados seguiu os parâmetros próprios para dados qualitativos nas ciências sociais, onde opiniões e declarações, embora fragmentadas, são analisadas de acordo com um curso lógico dado pela interpretação das transcrições e pela observação do pesquisador.

O método permitiu acessar as formas de pensar que se traduzem em práticas cotidianas. Buscamos, ainda, compreender como os sistemas classificatórios são construídos socialmente por meio do conhecimento compartilhado no senso comum e no saber popular (MOSCOVICI, 1995). Como resultado da pesquisa, veremos que, embora as pessoas já tenham ouvido falar nos possíveis perigos do consumo de alimentos com agrotóxicos ou transgênicos, ainda não inserem tais riscos em seus repertórios de preocupação, de natureza privada e pública, nem em suas práticas cotidianas associadas à alimentação. Se há risco, este não é tangibilizado pelo consumidor e, portanto, mostra-se invisível.

2. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O estudo das representações sociais é útil ao campo de pesquisas sobre consumo, pois a leitura que os indivíduos fazem da realidade e o aprendizado que adquirem a partir dos usos que fazem desse mundo estão interligados. Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais (TRS) mostrou-se uma chave interpretativa útil para a compreensão dos riscos alimentares ao oferecer um alicerce teórico e científico para lidar com a diversidade e a transdisciplinaridade que o risco alimentar nos impõe.

As representações sociais são “estruturas simbólicas que se originam tanto na capacidade criativa do psiquismo humano como nas fronteiras que a vida social impõe” (GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, 1995, pág. 21). Os discursos, as narrativas e as conversações são elementos fundamentais para acessar concretamente as representações e seus significados. As formas de pensar são sociais (MOSCOVICI, 1995) e a construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato cognitivo e afetivo.

Nos estudos das representações sociais, pressupõe-se que o sujeito tem em mente um sistema classificatório e uma forma de ver o mundo que integra conhecimento pretérito e informação presente, renovando permanentemente seu repertório cognitivo.

Na pesquisa realizada, observamos que os informantes lidavam de forma muito específica com os agrotóxicos e com os alimentos transgênicos. Suas representações de risco nem sempre pareciam estar presentes no seu dia a dia. No entanto, esses riscos estão presentes na vida dos consumidores e todos alegaram escolher ingredientes e marcas de alimentos que, acreditam, não oferecem riscos à saúde.

Trata-se de um comportamento previsto por Beck (2010), ao descrever o sujeito que seleciona os riscos que está disposto a enfrentar. Parece haver um tempo de maturação até que as informações amplamente divulgadas sejam assimiladas pelo repertório emocional e cognitivo dos

indivíduos, o que explica as lacunas de tempo entre ação e reação. Além disso, nem toda reação de consumidores é eloquente e pode ser diluída em uma série de mudanças protocolares que dizem respeito à alimentação, na tentativa de proteção. Investigar o comer é entender empiricamente hábitos e sanções, o que nos leva ao próximo tópico.

3. A TESE DA GASTRO-ANOMIA E SEUS LIMITES NA REALIDADE BRASILEIRA

Fischler (1979) é o autor da tese da gastro-anomia, um neologismo que aproveita o termo “gastro-nomia” e a ele empresta o conceito de “anomia”, formulado por Durkheim (1977). Trata-se da ausência de normas de conduta, quando as normas morais são confusas, obscuras ou não estão presentes. A tese de Fischler pretende dar conta da situação experimentada pelos comedores modernos que se encontrariam (mais) livres das regras sociais relativas ao comer. No entanto, essa situação está alicerçada, de maneira singular, em decisões tomadas em um ambiente cada vez mais inseguro, provocado pela perda de um sistema normativo construído socialmente e perpetuado por tradições (POULAIN, 2004).

O fenômeno da gastro-anomia seria fruto do alinhamento temporal de três vertentes específicas: i) a superabundância alimentar; ii) a redução de controles sociais; e iii) a proliferação de narrativas contraditórias envolvendo a alimentação. A superabundância alimentar teria se dado com o sucesso ocidental aos desafios da escassez de alimentos no período pós-guerra, a partir dos avanços tecnológicos na produção, estocagem e transporte dos alimentos, reduzindo a relevância da natureza no processo produtivo (POULAIN, 2004).

A redução de controles sociais assenta-se nos comportamentos disruptivos da modernidade, onde se desmancham as noções de natureza mais coletiva para a adoção de estilos de vida mais próximos do individualismo (POULAIN, 2004). É tempo de desafiar ritos, horários, instituições e ideias ligadas ao passado, não renovadas à luz da vida moderna. Desta feita, comer, na modernidade, implica em fazer escolhas diariamente e mais de uma vez ao dia. (FISCHLER, 1979; POULAIN, 2004)

O terceiro item da teoria reside na “cacofonia alimentar”, que se refere aos inúmeros discursos, mais controversos do que coerentes para o indivíduo que precisa escolher diariamente o que comer. As vozes são inúmeras e vêm da publicidade, das pesquisas científicas, da mídia, do Estado e dos movimentos sociais, reverberando preocupações públicas. A anomia a que Fischler se refere não se circunscreve às rupturas do sistema normativo, mas engloba, também, a intensificação de imposições de natureza contraditória que vêm de correntes dispersas, tais como as hedonistas, estéticas e higienistas, entre outras (POULAIN, 2004).

No Brasil, porém, dados de pesquisas têm sinalizado a presença clara de hábitos alimentares compartilhados e socialmente sancionados pela população brasileira urbana, tanto no que concerne ao conteúdo das refeições como nas atitudes em relação a elas, que transcendem tanto a renda, quanto o gênero, a região e a faixa etária (BARBOSA, 2007). Em 70% dos casos, o cardápio é praticamente o mesmo e as preferências individuais são reguladas pela mulher brasileira, no papel de mãe e/ou esposa, responsável pela escolha da comida da casa.

As pesquisas de Barbosa (2007) mostraram que os brasileiros reconhecem as discrepâncias entre o discurso tecnocientífico e o saber popular, sabem quais são os alimentos considerados saudáveis e quais os que causam mal à saúde; muitos demonstram possuir tais informações sem, no entanto, alterar a prática de comer o que gostam, caminhando no fio da navalha que divide as assertivas “não se pode ter tudo”/“tudo demais faz mal”, pendulando entre restringir e liberar (BARBOSA, 2007).

4. PRINCIPAIS RESULTADOS: OS RISCOS DOS AGROTÓXICOS E DOS ALIMENTOS TRANSGÊNICOS, AINDA INVISÍVEIS PARA AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Na estrutura que dita o que pode ou não ser consumido como alimento, os resultados de nossa pesquisa apontaram dois tipos de riscos que ainda não estão totalmente presentes no senso comum e que denominamos de “invisíveis”: os riscos dos alimentos contaminados com agrotóxicos e dos transgênicos. Apesar das disputas, no campo da produção, sobre esses temas, tais riscos não aparecem como uma preocupação concreta para os nossos informantes.

Para os adultos e idosos, esses riscos ou não se destacam ou não estão sequer no repertório de preocupações, de natureza privada ou de natureza pública, associadas à alimentação. Trata-se de riscos invisíveis, posto que ainda estão no universo científico sem fazerem parte do senso comum. São quase imperceptíveis, para evitarmos o termo “nulo”.

4.1. ALIMENTOS TRANSGÊNICOS: “AQUILO QUE ESTÁ LÁ EM BRASÍLIA”

No debate tecnocientífico, existem duas correntes antagônicas que defendem ou condenam os transgênicos. Os muitos argumentos contra esse tipo de tecnologia costumam se pautar, principalmente, i) nas consequências desconhecidas e indesejáveis para a saúde do consumidor, por causa das ameaças dos transgenes nos genomas de plantas e animais; ii) nos efeitos danosos ao ecossistema; iii) nos problemas socioeconômicos provenientes do cenário de dependência de pequenos agricultores em relação às grandes corporações e empresas de sementes; e iv) no aumento do uso de agentes químicos externos, entre outros (AZEVEDO, 2009).

Os argumentos a favor dos transgênicos aparecem listados, por exemplo, em um documento da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – Abia, com informações técnicas que resumem o que se sabe na medicina, no conhecimento nutricional, ambiental e epidemiológico. Argumenta-se que: i) não existem registros de ocorrências de danos provenientes dos transgênicos; ii) a produção alimentícia aumentou e o uso de agrotóxicos diminuiu; iii) a OMS já se manifestou a favor dos transgênicos; iv) são tão seguros para a saúde humana quanto os não transgênicos; e v) a segunda geração de transgênicos potencializaria o valor nutritivo dos alimentos (AZEVEDO, 2009).

As duas correntes indicam um cenário de “falta de provas consistentes e ausência de fatos negativos” e um paradigma que “classifica as posições contrárias como ideológicas e as próprias como científicas” (AZEVEDO, 2009).

Assim, a ingestão de alimentos modificados geneticamente por meio da biotecnologia pode ser considerada como um risco invisível. Não por acaso, o receio de ingerir tais alimentos apareceu de forma muito incipiente em nossa pesquisa e apenas em uma das rodadas de Grupo Focal, realizada com jovens até 28 anos. Nos demais grupos, com adultos e idosos, a desinformação e a falta de interesse por alimentos transgênicos foram permanentes. Suspeitamos que as searas geopolíticas, científicas, institucionais e ambientais (AZEVEDO, 2009) relacionadas aos transgênicos ainda não foram assimiladas pelo senso comum. Vejamos um debate entre jovens sobre o selo de identificação dos transgênicos nas embalagens:

Jovem, M (mulher), S (solteira): Eu acho que hoje em dia tem como identificar, né? Não tem o Tezinho? (Risos)

Jovem, M, S: Então eu evito comprar coisas com Tezinho.

Moderadora: Só vocês duas evitam? Os demais olham essa informação no rótulo?

Jovem, M, S: Não.

Jovem, M, S: Eu nem presto atenção.

Como os transgênicos não eram citados nas discussões, na maioria das rodadas de Grupo Focal, realizávamos perguntas de estímulo sobre o tema ao final dos trabalhos. Em um dos grupos de adultos, por exemplo, os transgênicos foram apontados como um tema de natureza político-partidária e que, portanto, não faz parte do repertório de preocupações sobre alimentação. O tema causou desconforto em poucos informantes, que não queriam demonstrar que não sabiam do que se tratava. É interessante observar como colocavam, em seus discursos, que o tema é algo distante da realidade cotidiana e restrito aos meios e decisões estatais:

Moderadora: O que vocês pensam sobre os alimentos transgênicos?

Adulta, M (mulher), C (casada): Essa discussão tá lá em Brasília.

Adulta, M, S: A gente não tem foco pra este tipo de notícia, mas eu já ouvi falar, entendeu? Acho que você não tem o detalhamento, (...), então você não tem conteúdo pra falar sobre o assunto.

Adulta, M, S: E não fazemos ideia do que seja, como é que faz, o que que acontece...

O desconhecimento sobre os transgênicos levou os informantes a certas confusões, mas também a trocarem experiências e conceitos. Reproduzimos o trecho de uma das discussões em que, apesar do erro da informante (que pareceu confundir alimentos transgênicos e alimentos com agrotóxicos), deixamos a conversa correr para saber se ela seria corrigida por alguns de seus pares, o que não aconteceu:

Moderadora: O que vocês pensam sobre os alimentos transgênicos?

Adulta, M, C: Ouvi falar da soja, é o mais comum, a gente escuta falar muito da soja. Tem a pura e a alterada, tem até o óleo, hoje em dia se fala – esse realmente é puro, é livre de transgênico. Você chega no mercado, você tem algumas verduras, também, são mais caras.

Moderadora: Você está falando das verduras orgânicas?

Adulta, M, C: É orgânica!

A esta altura, pareceu-nos que participar da pesquisa foi, para muitos de nossos informantes, uma oportunidade de aprendizagem, espécie de alerta que provocou reflexões sobre os riscos da alimentação, até então, negligenciados ou ocultos nas práticas diárias. O desconhecimento sobre os transgênicos também pode ser observado no trecho a seguir:

Moderadora: O que vocês pensam sobre os alimentos transgênicos?

Adulta, M, S: É a mistura de um alimento com outro?

Idosa, M, C: O que é o transgênico?

Idosa, M, C: Agrotóxico?

Idosa, M, C: Tipo um fertilizante, né?

Os poucos informantes preocupados com o consumo de alimentos transgênicos não fizeram qualquer relação entre estes e possíveis danos ambientais ou prejuízos aos pequenos agricultores. Tampouco emergiram preocupações sobre os possíveis danos à saúde ou demonstração de conhecimento sobre países que baniram a comercialização dos transgênicos.

Azevedo (2009) dedica uma parte de seu trabalho sobre a soja e a construção social do alimento saudável à discussão dos transgênicos. Segundo ela, é preciso considerar a eficiência do *marketing* realizado pelas empresas produtoras de sementes transgênicas entre os produtores agrícolas, cuja decisão pela adoção desse tipo de sementes estaria mais baseada em expectativas anunciadas pelos fornecedores de sementes do que em análises prévias de custo/benefício (AZEVEDO, 2009).

Se os produtores se mostram ainda confusos com a ausência de pesquisas conclusivas sobre os transgênicos, os informantes de nossa pesquisa demonstraram que essa discussão sequer faz parte do universo consensual e, portanto, parece restrita apenas ao universo das descobertas científicas. Em outras palavras, esse debate ainda é propriedade dos círculos científicos e não integra o pensamento social dos consumidores.

4.2. OS AGROTÓXICOS: QUE ALTERNATIVAS POSSUÍMOS?

O segundo tipo de risco invisível refere-se aos difusos perigos químicos que possuem origens diversas e que vão desde as características dos alimentos e os modelos de processamento utilizados, até o uso de aditivos alimentares, pesticidas, medicamentos e outros complementos (BAPTISTA & VENÂNCIO, 2003).

Como os alimentos processados ganharam espaço nas práticas de consumo alimentar, este é um perigo sub-reptício e, em muitos casos, o senso comum parece compreendê-lo relacionado à eficiência do sistema de produção agroalimentar. Os riscos que a ciência dos alimentos compreende como químicos são atribuídos, pelos consumidores, aos erros de manejo, de produção, descaso ou má-fé por parte de atores da cadeia produtiva.

Deduzimos que nossos informantes enquadram nessa categoria apenas os riscos provenientes do uso de agrotóxicos na produção agroalimentar, já que em nenhum momento citaram riscos relacionados ao processamento de alimentos, com o uso de corantes, conservantes, aromatizantes, antioxidantes, hormônios ou antibióticos nos alimentos, como esperávamos encontrar.

Devemos acrescentar que, tal qual os transgênicos, o uso de agrotóxicos talvez se mostrasse um tema ausente de nossa investigação se não houvéssemos fornecido alguns estímulos aos grupos para o debate, já que o risco do agrotóxico na alimentação pouco apareceu em respostas espontâneas. Todavia, ainda que a subnotificação de casos de intoxicação por agrotóxicos seja um dado reconhecido, os indivíduos urbanos estão expostos aos seus efeitos nocivos, que podem penetrar no corpo humano por ingestão, respiração e absorção dérmica (LEITE & TORRES, 2008).

Existem três formas de contaminação resultantes do uso do agrotóxico: i) por via ocupacional, o modo que provoca 80% dos casos de intoxicação, quando os trabalhadores que manipulam essas substâncias se contaminam; ii) pela via ambiental, proveniente da contaminação do meio ambiente por esses produtos de forma dispersa – água, ar e solos, contaminando também pessoas e animais expostos a esses espaços; e iii) pela via alimentar que, em comparação aos outros modos, tem impacto menor por depender de uma incidência de múltiplos fatores, tais como alta concentração de resíduos nos alimentos e desrespeito ao período de carência, entre outros. Contudo, esta é a forma que atinge o consumidor da região urbana (LEITE & TORRES, 2008).

Este tema foi debatido espontaneamente e de forma consciente apenas nos grupos de jovens, no momento em que se discutia a importância para a saúde de refeições à base de saladas. O tema foi puxado por uma informante que estudava o assunto e que colocou o alimento orgânico como o seu referencial de produto saudável:

Jovem, M, S: Pra mim é integrais, saladas, assim. O ideal seria orgânica, pode ter um monte de coisa ali...

Mediador: Que monte de coisa pode ter na alface?

Jovem, M, S: Agrotóxico, agroquímicos em geral. Que não respeitaram o limite de tempo de colheita (...). Tomate é um negócio que tem muito agrotóxico. E pimentão mais

ainda. E aí não é respeitado isso, então você tá achando que tá sendo saudável, mas na verdade tá sendo pior...

Mediador: Agrotóxico é uma coisa que preocupa vocês?

Jovem, H, S: Uhum.

Jovem, M, S: Muito.

Jovem, H, S: Os orgânicos são muito mais caros.

Jovem, H, S: E não se encontra em muitos lugares né?

Jovem, M, S: Não adianta você lavar também... Tá no tecido do vegetal, então não vai adiantar nada você lavar. Já tá dentro... Aí acaba que lavar é só pra tirar a poeirinha.

A discussão acima evidenciou o conhecimento que uma informante possuía a respeito dos agrotóxicos e mostrou a tensão que ela experimenta pela possibilidade muito limitada de agência para a tomada de decisões diárias sobre a alimentação. Isso nos levou a perguntar ao grupo quais seriam, de fato, as saídas que os consumidores encontram para fugir do consumo de um alimento com agrotóxico. Ainda que citassem os alimentos orgânicos, os informantes se mostraram constrangidos pelo preço destes, pela rede de distribuição pouco massificada e por produtos sem a devida identificação. No entanto, o reconhecimento do perigo dos agrotóxicos não pareceu suficiente para alterar certos hábitos e substituir produtos livres de riscos. Além disso, os informantes revelaram que não têm o zelo suficiente para lavar os alimentos que possam estar contaminados, ainda que tal contaminação não seja passível de qualquer purificação.

Há ainda outra razão para inserirmos os agrotóxicos nesse grupo de riscos invisíveis: os efeitos no corpo humano. Se beber ácido envasado equivocadamente pela indústria alimentícia no lugar de um suco⁷ pode envenenar e matar, causando pânico, protestos e abandono da marca (GALINDO & PORTILHO, 2013), o consumo de agrotóxicos, por não ter efeitos imediatos, não é claramente reconhecido pelos informantes e, portanto, não suscita protestos e mudanças de hábitos. Perguntamos o que ocorre com a ingestão, seja pontual ou continuada, de agrotóxicos, e vemos as seguintes elaborações no grupo de jovens:

Jovem, M, S: Eu até me preocupo, mas como é um dano que vai ser evidente no organismo depois de um certo tempo, a gente não se preocupa na hora, você vai se preocupar depois quando aparecer algum problema.

Jovem, H, S: Cancerígeno...

Jovem, H, S: É um risco. É porque é uma coisa em longo prazo, então você não fica pensando. Igual o sol, gente que não usa o protetor solar porque não vê os efeitos.

Ao contrário da polêmica e das disputas em torno da identificação dos transgênicos nos rótulos, que informaria com transparência o que se come em um sistema de rastreabilidade crível que sustentasse a confiança compartilhada, a identificação da presença de agrotóxicos sequer se tornou uma demanda para o consumidor. A única informação conhecida e que orienta o consumidor atualmente é aquela que atesta que o produto está livre de agrotóxicos:

Moderadora: E no caso do orgânico, se tiver uma certificação vocês acreditam que aquele alimento é orgânico?

Jovem, M, S: Pra mim, sim.

Jovem, H, S: É, isso é outra coisa, porque eu não ia reconhecer se um alimento seria orgânico ou não.

Jovem, M, S: Eu acho que eu só acreditaria se tivesse o selinho.

Jovem, H, S: É difícil.

Moderadora: [Percebendo que a discussão esvaziava] Ok, então o que é uma comida perigosa pra vocês e por quê?

Jovem, H, S: Pra mim é uma comida que tem muita gordura, muito sal...

A discussão acima evidencia que, mesmo reconhecendo os perigos associados aos agrotóxicos, as digressões voltavam à questão dos nutrientes, deixando os riscos dos alimentos com agrotóxicos em segundo plano.

A pesquisa mostrou que os indivíduos usam todo seu sistema sensorial na busca de proteção aos riscos: cheiram e apertam os alimentos, cozinham a carne de porco por horas ou evitam comê-la na rua, enfim, criam e reproduzem hábitos que visam à purificação dos alimentos. Em alguns casos, os indivíduos optam por cortar certos alimentos de sua dieta. Todavia, esta pesquisa mostrou a baixa preocupação das famílias com possíveis contaminações dos alimentos por agrotóxicos e transgênicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, é preciso considerar que a avaliação da qualidade é subjetiva e advém das preferências do consumidor e nem todos os riscos alimentares são conhecidos ou percebidos. Contrariando a racionalidade, observamos uma condição peculiar que cria um paradoxo sociológico: imersos em uma época de abundância informacional, o conhecimento sobre os riscos alimentares também trafega nas brechas da ignorância e do desconhecimento.

A Teoria das Representações Sociais ajuda a compreender a baixa mobilização dos consumidores em relação aos transgênicos e agrotóxicos, pois os perigos das tecnologias se tornam preocupações coletivas apenas quando “transbordam” do universo científico para o universo coletivo do senso comum. Enquanto isso não acontece, essas informações circulam apenas entre cientistas, Estado, organizações produtivas, movimentos organizados e mídia especializada, sem despertar o interesse da população em geral, como vimos nos casos dos agrotóxicos e transgênicos. Para além disso, a pesquisa mostrou que jovens, adultos e idosos convivem em sociedade e experimentam a vida de forma diferente, inclusive no comer. Nessa teia de relações, negociam os riscos alimentares de maneiras distintas, produzindo e reproduzindo práticas de comer que os renovam e, ao mesmo tempo, os mantêm.

Concluimos que as famílias não ignoram o risco dos agrotóxicos. Contudo, parecem seguir o ditado de que “o que não tem solução, solucionado está”. Os dados evidenciaram que as pessoas já ouviram falar nos perigos do consumo em excesso dos agrotóxicos, mas não inserem tais riscos em seus repertórios de preocupações de natureza privada e pública associadas à alimentação. Compra-se a alface na feira ou no supermercado, come-se a alface no restaurante ou na lanchonete e a última coisa que se indaga é seu nível de contaminação por agrotóxicos. Se há risco, ele não é tangibilizado pelo consumidor e, assim, torna-se invisível. A desinformação e a falta de interesse das famílias pelo assunto são bastante contundentes.

Os consumidores ordinários e não organizados em associações não problematizam os possíveis danos causados pela ingestão de doses de agrotóxicos acima do nível permitido pelos órgãos de regulamentação e sequer imaginam os danos ambientais e para a saúde dos pequenos produtores rurais, além dos perigos químicos na forma de aditivos alimentares, pesticidas, medicamentos e outros complementos. Esses perigos não fazem parte das preocupações diárias das famílias, ainda que o indivíduo urbano esteja exposto aos efeitos nocivos dos agrotóxicos por ingestão.

No caso dos transgênicos, observamos uma sutil diferença. Ao contrário dos alimentos contaminados com altas dosagens de agrotóxicos, que não podem ser identificados nos rótulos, as empresas de alimentos com qualquer percentual de substância transgênica, pelo menos legalmente, são obrigadas a trazer identificação nos rótulos, composta de um triângulo amarelo preenchido pela letra “T” na cor preta⁸. Todavia, o interesse e o conhecimento por essa cate-

goria de alimentos são embrionários e, nesse caso, supomos que as famílias ignorem possíveis riscos. O desinteresse é compreensível ao considerar, como afirma Azevedo (2009), que até mesmo os produtores se mostram confusos com os reais perigos provenientes pelo manuseio e ingestão desse tipo de alimento, banido por alguns países e aceito por outros. Essa preocupação é a que menos aparece nos repertórios cognitivos e afetivos do consumidor comum.

Assim, dois riscos amplamente debatidos pelo sistema produtivo agroalimentar e pelo ativismo no campo da alimentação sequer resvalam no conjunto de informações que orientam as lógicas dos consumidores comuns. E é justamente o senso comum que estabelece uma avaliação subjetiva da qualidade alimentar, onde a busca por praticidade acaba se tornando a grande norteadora da vida doméstica urbana e do trabalho culinário. Se não enxergam a ingestão com agrotóxicos ou com elementos transgênicos como um perigo real, esse risco não se integra ao sistema de valores que dita as lógicas de consumo, sendo, portanto, pouco considerado na escolha de alimentos.

Algumas inferências podem emergir a partir desta pesquisa. Apesar da profusão e variedade de pontos de venda de alimentos nas grandes cidades, os consumidores têm um campo de ação muito limitado para a tomada de decisões diárias sobre a alimentação. Ainda que se expandam os pontos de venda de alimentos orgânicos, seja em supermercados, feiras, cooperativas e até venda pela internet, os informantes da pesquisa se mostraram constrangidos pelo preço dos mesmos, pela rede de distribuição pouco massificada e por produtos sem selos de certificação.

Observa-se que o reconhecimento das ameaças dos agrotóxicos e dos transgênicos é leve e não parece suficiente para alterar certas práticas. Além disso, o consumidor não tem como precisar o quanto ingere de alimentos contaminados, sem contar com o fato de que tal contaminação não é passível de qualquer prática de limpeza/purificação.

Um ponto a considerar é que a presença na mídia parece não fazer com que os riscos se integrem ao mapa mental do indivíduo comum de forma automática e direta, sobretudo dos adultos e idosos. Não basta estar na mídia, pois quem lê as notícias precisa se apropriar das mesmas e ancorá-las no cotidiano. Supomos, portanto, que as ações que buscam ampliar tais debates devam considerar que, por vezes, os resultados podem se apresentar em longo prazo, a partir da perspectiva geracional associada a uma mudança na produção e comercialização de alimentos, como vimos no parágrafo anterior.

Considerar apenas fatos divulgados pela mídia como possibilidades causais para a mudança de comportamento é atribuir à mídia um papel que esta nem sempre desempenha sozinha. Inferimos que projetos educacionais e de longo prazo com jovens, em que a mídia seria um importante apoio para a disseminação, mas não seu principal pilar, podem se tornar mais eficazes, já que os jovens podem ser a porta de entrada para a mudança de percepção e de comportamentos.

Depreende-se deste estudo que a categorização do risco alimentar nos protocolos científicos difere da categorização construída coletivamente pelo homem comum. Um risco alimentar de natureza química, por exemplo, pode ser percebido pelo consumidor como “ineficiência” ou “má-fé” do sistema – já que nem sempre é possível descobrir a origem de um problema. Isso leva a uma aproximação com os resultados obtidos por Menasche (2003), nos quais os peritos se preocupam com o risco técnico e os leigos com questionamentos morais e éticos.

O risco alimentar acentua a forma como os indivíduos se relacionam com o sistema social, criando várias expectativas em relação à qualidade da alimentação e em relação ao papel dos atores. Na dúvida, cada família se protege como pode, utilizando a tradição como recurso para dúvidas e incertezas, mesmo sabendo, por exemplo, que o vinagre não é capaz de eliminar todas as “impurezas” das folhas da alface.

REFERÊNCIAS

- ALLAIN, J.; GUIVANT, J. O estudo da confiança na alimentação: análise do campo de pesquisa. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 69, p. 79, 2010.
- ALMEIDA, F. M. A emergência do conceito de risco no debate sociológico contemporâneo. In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife. 2007.
- AYKROYD, W. R. Sweet malefactor: Sugar, slavery and human society. London: Heinemann, 1967.
- AZEVEDO, E. Riscos e Controvérsias no processo de construção do conceito de Alimentação Saudável: o caso da soja – Florianópolis, 2009. 187f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.
- BAPTISTA, P.; VENÂNCIO, A. Os perigos para a segurança alimentar no processamento de alimentos. Forvisão: Guimarães, Portugal, 2003.
- BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. Revista Horizonte antropológico. Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2007.
- BECK, Ü. Sociedade do Risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In: _____ (Orgs.) Antropologia e nutrição: um diálogo possível [on-line]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DOUGLAS, M. Pureza e Perigo. 2. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2010.
- DOUGLAS, M; WILDAVSKY, A. Risco e cultura. Berkeley. University of California Press. v. 272, p. 10-15, 1982.
- DUFTY, W. Sugar blues. Chilton Book Company, 1975.
- DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. Martins Fontes, 1977.
- FISCHLER, C. Gastro-nomie et gastro-anomie. In: Communications, 31. La nourriture. Pour une anthropologie bioculturelle de l'alimentation. 1979, p. 189-210.
- _____. L'(H)omnivore. Paris: Odile Jacob, 1990.
- FISCHLER, C.; MASSON, E; Comer: a alimentação de franceses, outros europeus e americanos. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2010.
- GALINDO, F. Comendo bem, que mal tem? Um estudo sobre as representações sociais dos riscos alimentares. 2014. 249 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- GALINDO, F.; PORTILHO, F. Caso ADES: Estudo netnográfico sobre crises e ansiedades alimentares. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. XVI SBS, 2013.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). Textos em Representações Sociais. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUIVANT, J. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Anpocs, n. 46, 1998.

HALKIER, B.; HOLM, L. Food consumption and political agency: on concerns and practices among Danish consumers. International Journal of Consumer Studies. 32, 667–674, 2008.

HERNÁNDEZ, J. C. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In.: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Orgs.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível [on-line]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

HIRSCH, S. Sem açúcar Com afeto. 1984.

KJÆRNES, U.; HARVEY, M.; WARDE, A. Trust in Food: a comparative and institutional analysis. Macmillan/Palgrave, 2007.

LEÃO, M. M.; MALUF, R. S. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira – Brasília: ABRANDH, 2012.

LEITE, K. C.; TORRES, M. B. R. O uso de agrotóxicos pelos trabalhadores rurais do assentamento Catingueira Baraúna – RN. Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável, v. 3, n. 4, 2008.

LERVOLINO, S. A.; P. M. C. FOCESI. A utilização do grupo focal qualitativa como metodologia na promoção da saúde. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 35, n. 2, Junho de 2001.

MALUF, R. O novo contexto internacional da segurança alimentar. In: BELIK, W.; MALUF, R. (orgs.). Abastecimento e Segurança Alimentar – os limites da liberalização. Campinas, IE/UNI-CAMP, REDCAPA-CPDA, 2000, p. 37-63.

MENASCHE, R. Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS. 287f. Tese de Doutorado em Antropologia Social. 2003.

MOSCOVICI, S. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). Textos em Representações Sociais. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. Representações sociais: investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

POLLAN, M. O dilema do omnívoro. Afragide: Publicações Dom Quixote, 2009.

POULAIN, J. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

REVISTA GALILEU. Qual a quantidade que cada pessoa pode consumir de agrotóxico? Disponível em: <http://super.abril.com.br/blogs/ideias-verdes/qual-a-quantidade-que-cada-pessoa-pode-consumir-de-agrotoxico/?utm_source=redesabril_jovem&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_super>

REVISTA SUPERINTERESSANTE. Entenda por que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI-150920-17770,00-ENTENDA+POR+QUE+O+BRASIL+E+O+MAIOR+CONSUMIDOR+DE+AGROTOXICOS+DO+MUNDO.html>>

SOUZA, M. A. Representação social da sociedade, anomia e individualismo-coletivismo. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado não publicada. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia. 2003.

VELOSO, I. S.; FREITAS, M. C. S. A alimentação e as principais transformações do século XX: uma breve revisão. In: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. (Orgs.). Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura. Salvador: EDUFBA, 2008.

WINICKOFF, D. E.; BUSHEY, D. M. Science and power in global food regulation: the rise of the codex alimentarius. *Science, Technology & Human Values*, v. 35, n. 3, p. 356-381, 2010.

NOTAS

¹ Versão anterior deste artigo foi apresentada oralmente no GT7 (Consumo, Mercado e Sustentabilidade) do 7º Enanppas, em maio de 2015. O artigo baseia-se em dados coletados para a pesquisa que deu origem à Tese de Doutorado de Flávia Galindo, defendida em maio de 2014, no CPDA/UFRRJ, sob a orientação de Fátima Portilho, intitulada “Comendo bem, que mal tem? Um estudo sobre as representações sociais dos riscos alimentares no pão nosso de cada dia”.

² Citamos os “estudos técnicos e quantitativos de risco que passaram a ser realizados dentro de várias disciplinas, como toxicologia, epidemiologia, psicologias – behaviorista e cognitiva – e engenharias” (GUVANT, 1998, pág. 2).

³ Disponível no site da revista (http://super.abril.com.br/blogs/ideias-verdes/qual-a-quantidade-que-cada-pessoa-pode-consumir-de-agrotoxico/?utm_source=redesabril_jovem&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_super).

⁴ Disponível no site do Idec (<http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-apoia-dossie-sobre-impactos-de-agrotoxicos-a-base-de-2-4-d>).

⁵ Baptista & Venâncio (2003) categorizam os riscos químicos em aditivos alimentares, pesticidas, medicamentos veterinários, metais pesados, alérgenos e produtos de limpeza, entre outros, inerentes ao ato de processamento dos alimentos.

⁶ Para mais informações sobre a metodologia, roteiro e forma de seleção e recrutamento dos informantes, consulte Galindo (2014).

⁷ Referimo-nos ao famoso “Caso AdeS”: no dia 23/02/2013, a Unilever envasou 96 caixas do suco de soja sabor maçã da marca AdeS contendo soda cáustica. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) informou que houve falha no processo de higienização e, no dia 18/03, a Anvisa suspendeu de forma preventiva a linha de produção TBA3G, culminando em um recall por parte do fabricante (GALINDO & PORTILHO, 2013).

⁸ Embora em disputa, vale lembrar que essa obrigatoriedade existia na época em que foi realizada a pesquisa.